

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

CÍNTIA DE SOUZA ADELINO

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DO PACTO
NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA-PNAIC**

ARTIGO

MEDIANEIRA

2018

CÍNTIA DE SOUZA ADELINO



FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA-PNAIC

Artigo apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo UAB do Município de Umuarama, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

MEDIANEIRA

2018



TERMO DE APROVAÇÃO

Formação de professores na perspectiva do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC

Por

Cíntia de Souza Adelino

Este Artigo foi apresentado às 8h 30min do dia **16 de junho de 2018** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo de Umuarama, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho .aprovado.....

Prof^ª. Dra. Ivone Teresinha Carleto de Lima
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Dr.Maria de Fatima Menegazzo Nicodem
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^ª. Ma. Floida Moura Rocha Carlesso Batista
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^ª. Ma. Magela Reny Fonticiella
UTFPR – Câmpus Medianeira

O Termo de aprovação assinado encontra-se na coordenação de curso.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central a análise da formação continuada de professores proposta no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Essa análise irá se pautar na revisão bibliográfica de autores que possam contribuir e fundamentar a discussão. Considerando o modelo de formação continuada do PNAIC serão ressaltados alguns desafios, bem como algumas variáveis que estão relacionadas às peculiaridades do processo de implementação e execução do Programa, no que diz respeito à formação de professores e suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Formação continuada de professores. Políticas educacionais. PNAIC. Alfabetização. Ação pedagógica.

Sumário

1- INTRODUÇÃO.....	6
2- DIREITO A ALFABETIZAÇÃO.....	7
3- CONTEXTO E ELEMENTOS QUE FOMENTARAM A DISSCUSÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES.....	9
4- FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES.....	11
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	16

1- INTRODUÇÃO

Analisar as políticas educacionais para a formação de professores é essencial, pois a organização do sistema de educação brasileiro toma como princípio a compreensão do processo de reestruturação que atenda a demanda capitalista que por sua vez organiza a educação para que possa responder aos interesses governamentais. Esse trabalho é de cunho bibliográfico e como fundamentação utilizados autores como: Brzezinski (2015), Papi (2005), Pimenta (2010), Gadotti (2000), Saviani (2009) entre outros possam fundamentar a compreensão da formação continuada de professores.

Os autores supracitados foram selecionados por apresentarem pesquisas consistentes e atuais, contextualizando toda a trajetória da formação de professores e com isso alicerçar nossos estudos. Um dos grandes desafios relacionados em garantir a qualidade na formação de professores também é promover o interesse em atualizar sempre os conhecimentos daqueles professores que estão em sala de aula.

Considerando as prioridades do contexto atual a formação continuada de professores é algo indispensável, porque só assim será possível suprir as necessidades educacionais, o governo federal tem implementado políticas públicas como Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa¹ (PNAIC), que prevê a formação continuada de professores, junto à valorização docente.

O presente trabalho visa analisar a formação continuada de professores e a pertinência da proposta do PNAIC. Como forma de entender se as políticas públicas educacionais têm atendido as necessidades apontadas pela sociedade e pelas agências internacionais².

O Programa foi instituído por meio da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 (BRASIL, 2012), pelo Ministério da Educação (MEC), no qual lança como principal objetivo alfabetizar todas as crianças na idade certa, que corresponde aos oito anos de idade, proporcional ao terceiro ano do ensino fundamental.

¹ No decorrer deste artigo, mencionarei o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa também pela sigla PNAIC e ora como Pacto.

² No ano de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jontiem, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programadas Nações Unidas (PNUD) e Banco Mundial (BM). DESSA Conferência, resultaram propostas voltadas para o cumprimento das necessidades básicas de aprendizagem e para a universalização do acesso à educação fundamental.

O PNAIC forma um conjunto estruturado de ações que tem como base quatro eixos de atuação sendo eles: o aumento de distribuição de materiais didáticos e pedagógicos destinados à alfabetização das escolas públicas; o monitoramento e acompanhamento do desenvolvimento de implementação; avaliações sistemáticas dando apoio à gestão, junto ao controle social e a mobilização da sociedade e comunidade escolar; por fim a formação continuada de professores que é o principal objeto de estudo deste trabalho.

O Pacto demonstra que é primordial estabelecer reflexões sobre as diversas instâncias que são relativas ao ensino da leitura e escrita, durante o primeiro ciclo do ensino fundamental sendo elas: a inserção de várias práticas sociais, para a elaboração e acréscimo de reflexões sobre as variações de gênero textuais; apropriação do sistema da leitura e escrita; reflexões de temáticas importantes que promovam a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de habilidades e capacidades que favoreçam a produção e compreensão de textos escritos ou orais.

2- DIREITO A ALFABETIZAÇÃO

A discussão sobre a alfabetização é algo que atrai profissionais das mais variadas áreas do saber, e acaba ultrapassando os limites dos muros escolares. São realizadas pesquisas como o Censo Escolar³ que é capaz quantificar o fracasso da alfabetização brasileira por meio do Mapa do Analfabetismo no Brasil. No entanto é muito rara a promoção de debates aprofundados nesse quesito, que seja capaz de

³O Censo Escolar é um levantamento de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos de ensino, turmas, alunos, profissionais escolares em sala de aula, movimento e rendimento escolar. Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como alimentação e transporte escolar, distribuição de livros, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Além disso, os resultados obtidos no Censo Escolar sobre o rendimento (aprovação e reprovação) e movimento (abandono, transferência, falecimento) escolar dos alunos do ensino fundamental e médio, juntamente com outras avaliações do Inep (Saeb e Prova Brasil), são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), do Ministério da Educação.

atrair a sociedade para a participação da elaboração de estratégias consistentes para erradicar o problema do analfabetismo.

Mesmo não sendo estabelecidas ações efetivas que possam proporcionar a superação da má alfabetização, são lançados parâmetros que buscam retratar a educação de qualidade, nesse caso a maior pressão que a educação sofre é exercida pelos órgãos/agências internacionais que influenciam a educação brasileira, e essa por sua vez estabelece critérios e metas⁴ a serem alcançadas.

Desse modo, são evidentes que algumas batalhas são travadas em busca de um currículo em ação, que de fato ajude promover educação de qualidade, essas discussões ocorrem entre os profissionais que ofertam a formação de professores, porém muitas vezes não são capazes de alcançar as editoras de materiais didáticos, pois os pesquisadores responsáveis pela elaboração desse material muitas vezes acabam por teorizar o currículo em suas áreas específicas do conhecimento deixando de lado a interdisciplinaridade, e fazendo com que o professor que está submetido a péssimas condições de trabalho passe a ser refém do material.

Ao falar em direito a alfabetização também é importante demonstrar que de maneira sistematizada outros direitos podem ser garantidos de maneira subjetiva, estabelecendo interações entre diversas formas de conhecimento sendo algumas delas: apropriação do sistema da escrita alfabética; desenvolvimento de habilidades e capacidades; inserção em práticas sociais que tem como base o princípio do trabalho produtivo sobre as variações de gêneros textuais; articulação de conteúdo.

A alfabetização vem sendo disseminada de várias formas, as quais estão sendo dada na ação pedagógica de cada professor por meio de concepções e ideologias diferenciadas. Nesse caso busca-se uma pedagogia que exceda os embates políticos e que seja capaz de promover a superação de dificuldades escolares e que o ensino não fique alicerçado apenas em doutrinas governamentais, nesse sentido Gadotti (2000, p.7), apresenta que:

Seja qual for à perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural. Por isso, acredita-se que a pedagogia da práxis, como uma pedagogia transformadora, em suas várias manifestações, pode

⁴ Declaração mundial sobre educação para todos, de Jomtien (UNESCO, 1990); a Declaração de Nova Delhi (UNESCO, 1993) No Brasil, na esfera educacional, o documento Plano decenal de educação para todos (1993-2003) Diretrizes Curriculares, Referenciais Curriculares e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).

oferecer um referencial geral mais seguro do que as pedagogias centradas na transmissão cultural, neste momento de perplexidade.

Em meio a tantas tensões presente no meio educacional, os professores são aqueles que mais sofrem dentro desse processo, pois é a categoria mais cobrada, pretende-se que as crianças sejam alfabetizadas na idade certa, e que os professores consigam desenvolver habilidades em seus alunos, que sejam traçadas novas metodologias de ensino, e que promovam novas ações pedagógicas, também é de responsabilidade do professor criar estratégias que sejam capazes de contornar os problemas e limites que são impostos.

Acreditamos que os professores possuem função indispensável, na sociedade atual, no qual colaboram e ajudam promover o desenvolvimento dos alunos como agentes sociais em diferentes esferas, porém os professores não têm conseguido se colocar como atores principais da disseminação do conhecimento.

3- CONTEXTO E ELEMENTOS QUE FOMENTARAM A DISSCUSÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A necessidade na busca para adquirir uma boa formação de professores não é algo recente, porém na atualidade os debates ideológicos sobre a temática se tornaram bastante forte, o que acaba por buscar respostas nas instituições de ensino responsáveis por formar os professores. Nesse caso alguns aspectos devem ser levados em consideração dentro da problemática formação de professores e formação continuada de professores como: ausência de efetivação nas políticas públicas, falta de professores, e melhor condição de trabalho, sendo assim, fica evidente o caráter utilitarista que a alfabetização tem recebido, desse modo percebe-se que a educação tem se organizado de forma que possa atender ao capitalismo.

Os educadores brasileiros não estão assistindo passivamente à deterioração do magistério. Bem como não estão apenas diagnosticando os problemas. Desde o início dos anos 80 vêm gestando um movimento de pesquisas, estudos e propostas, denunciando, analisando e encaminhando, analisando e encaminhando superações (PIMENTA, 2010, p. 66).

Quando falamos de formação de professores, também estamos falando de uma educação de qualidade, pois onde se concentram professores bem formados e especializados os índices de desenvolvimento estudantil são melhores, mas é importante ressaltar que para que os professores consigam atingir melhores índices

é necessário uma série de critérios a serem respeitados para além da formação docente como condições de trabalho, infraestrutura adequada ao ensino, valorização salarial, reposição de funcionários técnicos e docentes, respeitar a quantidade de alunos por sala de aula e assim por diante. Nesse sentido Brezezinski (2015, p. 67), aponta que:

É preciso ter clareza, contudo, de que na educação brasileira há problemas crônicos que não se resolverão apenas com a formação qualificada do professor. Como exemplo cito a desvalorização socioeconômica dos profissionais da educação, cuja reversão exige remuneração condigna e condições de trabalho adequado.

Diante desse contexto caótico em que a educação brasileira se encontra, as agências internacionais como Banco Mundial (BM) Organização das Nações Unidas (ONU) Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), entre outras que financiam parte da educação brasileira passaram a cobrar melhores resultados, assim como a sociedade civil. Mas diante da pressão social e dos organismos internacionais, muitas vezes o Estado se apresenta de forma morosa no item formação de professores, uma vez que falta efetivar de fato as políticas públicas destinadas à formação inicial e continuada de professores.

Nessa perspectiva é que se vê a importância da formação inicial, enquanto desencadeadora do perfil profissional. Cabe a ela, portanto, com vistas à profissionalização, propiciar ao professor o desenvolvimento da competência técnica, humana e política, bem como buscar a relação da técnica/ética /política. (PAPI, 2005, p.70).

Ao falar do problema da má formação de professores estamos falando dos profissionais que atendem a rede de educação básica de ensino. Para enfrentamento desse problema é necessário repensarmos e compreendermos a real situação da educação brasileira. A educação está pautada no princípio capitalista em que visa à produção e a reprodução do conhecimento, colocando esse como material de bem e consumo, e o professor como mero reprodutor, como se fosse uma engrenagem que trabalha para que o sistema seja alimentado e não pare de funcionar, mesmo que funcione de maneira precária. De acordo com Papi (2005, p.64):

O pensamento contemporâneo sobre a defesa e a busca de profissionalismo para os professores, tendo em vista sua identidade e cultura profissional, não é neutro, nem mesmo imparcial. Ao menos não é o que se pretende considerar na presente reflexão. No entanto, compreender a profissionalização docente como um processo em que se valoriza a

profissionalidade tendo em consideração as competências técnica, humana e política, não parece inviável.

As discussões sobre a formação de professores se fortaleceram a partir das políticas públicas educativas formuladas na década de 1990, período em que a educação passou por reforma, chegando à democratização do ensino, que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), apresentou a preocupação com a valorização dos profissionais da educação, atendendo o direito a formação de professores, capacitação continuada, e assim estabelecer a valorização do magistério.

4- FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Acredita-se que para que o professor seja capaz de alfabetizar tanto no quesito leitura e escrita e matematicamente é necessário que o docente possua formação específica que contemple tais habilidades, porém sabemos da existência de professores no mercado de trabalho que não possuem boa formação, ou seja, estão expostos a currículos superficiais ou até mesmo insuficientes. Dessa forma o PNAIC propõe e estabelece que para que seja possível alcançar as metas impostas no item alfabetização é necessário que haja o processo de formação continuada de professores.

Esta nova política implicaria, necessariamente, renovação progressiva das práticas escolares, propiciando maior integração do trabalho docente, através do planejamento coletivo dos professores do mesmo ciclo. (ARELARO, 2013, p.198).

Ao discutir formação continuada de professores, percebemos que essa questão está diretamente ligada à qualidade do ensino e aos indicadores como índices de aprendizagem que são apurados por meio de avaliações como a Provinha Brasil (PB) e Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) que demonstra índices preocupantes como a questão alfabetização.

i) Avaliar o nível de alfabetização dos estudantes no 3º ano do ensino fundamental; ii) Produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino; iii) Concorrer para a melhoria da qualidade do ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional. (BRASIL, 2013, p.7).

Dessa forma faz se pensar, em novas estratégias e metodologias que contemplem o processo de ensino aprendizagem, que de maneira indireta acaba por colocar a formação continuada de professores no centro das discussões que seja capaz de promover o desenvolvimento escolar do aluno.

Ao instituir o PNAIC como ferramenta e mecanismo de desenvolvimento da alfabetização, o governo federal percebe que será possível cumprir com os objetivos do programa caso haja investimento nos professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental (alfabetizadores) por meio do direito e acesso a formação continuada, nesse sentido o MEC publica no Diário Oficial da União (DOU) o seguinte artigo:

Art. 1º A Formação Continuada de Professores Alfabetizadores tem como objetivo apoiar todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapas, a planejarem as aulas e a usarem de modo articulado materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertadas pelo MEC às redes que aderirem ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e desenvolverem as ações desse Pacto. (BRASIL, 2012).

Com essa medida do MEC, conseguiu atender a outra meta prevista no atual Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024) (BRASIL, 2014), que trata da valorização e formação profissional do magistério. No entanto, nesse trabalho não trataremos dessa questão do PNE, apenas citamos, pois entendemos que além de uma medida emergencial de atendimento a quinta meta do PNE/2014, o PNAIC faz parte dessa política de valorização e formação profissional de professores.

O PNAIC está claramente associado aos objetivos estabelecidos com o ensino fundamental de nove anos, no qual foi estabelecido a partir de discussões nacionais e internacionais por meio de intermédio de agências internacionais no que diz respeito à melhoria da qualidade da educação brasileira. A nosso ver estão articulados dois pontos determinantes da política neoliberal proposta na educação a cerca do desenvolvimento econômico sendo eles: o primeiro a formação de professores e do segundo a melhoria dos índices e estatísticos educacionais brasileiros.

O processo de formação continuada também está posto dentro do ciclo que analisa o rendimento dos alunos, professores e escolas participantes do programa, a partir dessas avaliações é possível, perceber se o rendimento escolar está dentro das estimativas e realizar diagnósticos de alguns problemas.

Os sistemas de ensino e as escolas se vêem hoje diante da avaliação dos resultados dos alunos como critério para a avaliação das produtividades da escola. De fato é indispensável verificar a efetividades dos serviços prestados (os resultados do rendimento escolar dos alunos) em função das responsabilidades sociais da escola. (LIBÂNEO, 2004, p. 245).

A formação disponibilizada pelo PNAIC os professores são submetidos a um curso presencial de dois anos com um total de 240 horas, os estudos são coordenados por professores de IES que trabalham a teoria associada à prática. Os professores orientadores devem ser professores das redes e passam por capacitação também ofertada por IES com carga horária de 200 horas em universidades públicas credenciadas ao programa. Para a realização desse trabalho são disponibilizados e ofertados materiais didáticos em forma de livros didáticos, obras pedagógicas, dicionários de língua portuguesa, jogos pedagógicos, obras literárias, obras de apoio pedagógico aos professores e softwares de apoio a alfabetização.

Nessa perspectiva a avaliação deve reunir três componentes, sendo as avaliações processuais, avaliação de acompanhamento Provinha Brasil (PB) e avaliação final, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que é aplicada pelo Instituto Nacional e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A gestão e mobilização social são asseguradas em quatro eixos: comitê e gestor nacional, coordenação institucional, coordenação estadual e a coordenação municipal.

Como mencionado anteriormente o Pacto surge de articulações neoliberais e a formação de professores ofertada pelo PNAIC é estruturada por meio de distribuição de materiais didáticos, que por sua vez tem como objetivo o controle do trabalho docente e os resultados a serem obtidos na alfabetização. Os materiais permitem aos professores maiores subsídio teórico para a reconstrução de ações pedagógicas, mas de acordo com os interesses do Estado e não da sociedade civil. Contudo, existe a crítica ao Programa, pois o mesmo foi imposto aos professores que trabalham no primeiro ciclo do ensino fundamental.

[...] para garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário prover os recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio a ser enfrentado. É preciso acabar com a duplicidade pela qual, ao mesmo tempo em que se proclamam aos quatro ventos as virtudes da educação exaltando sua importância decisiva num tipo de sociedade como esta em que vivemos, classificada como “sociedade do conhecimento”, as políticas predominantes se pautam pela busca da redução de custos, cortando investimentos. Faz-

se necessário ajustar as decisões políticas ao discurso imperante. (SAVIANI. 2009, p. 17).

Nesse sentido, percebemos a importância em se pensar como ocorre a formação de professores, pois na corrida pela melhoria de estatísticas educacionais, o PNAIC corre risco de precarizar ainda mais o ensino, uma vez que está claro o caráter utilitarista dessa formação em alcançar percentuais que sejam favoráveis ao desempenho escolar.

Ao falar em formação de professores surge a preocupação em manter a autonomia do professor uma vez que está cravada aos discursos e ideais políticos, que por sua vez transfere toda e qualquer responsabilidade a cerca da formação dos alunos aos professores, o que acaba por isentar das responsabilidades de outras esferas.

[...] a formação continua não ocorre apenas porque é necessário que os professores tenham acesso aos conhecimentos produzidos nas pesquisas e nem porque a formação continuada visa responder problemas emergentes ou preencher lacunas, no sentido compensatório, mas, pelos desafios que a sala de aula e os próprios fins da educação impõem. (FRADE, 2010, p.39).

A complexidade em formar professores é compreendida quando se evidencia que o professor é obrigado a atender a demanda de ensino que já está posta por meio de políticas públicas que irão moldar o indivíduo a serviço de uma determinada sociedade. As avaliações propostas na atual organização de ensino além de verificar se o PNAIC tem cumprido com seus objetivos servem para verificar se o professor participante do Programa tem trabalhado de acordo com a proposta estabelecida o que acaba por mensurar o trabalho do professor por meio dos resultados de provas que são aplicadas aos alunos

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio do programa em ofertar a formação continuada de professores é mostrar que não existe uma receita pronta para alfabetizar, e que os modelos didáticos, devem se desenvolver de acordo com a heterogeneidade de uma sala de aula, fazendo com que se entenda o processo de orientar e auto avaliar, e gerar a reflexão dos professores. No decorrer desse texto buscou se evidenciar a importância de repensar a práxis do professor enquanto formadores sociais.

A formação continuada proposta pelo PNAIC tem conseguido promover algumas mudanças no contexto escolar, pois por meio dessa formação os professores tem tido a oportunidade de estabelecer debates a partir de suas práticas cotidianas, uma vez que o Programa busca partir da realidade concreta que o professor possui, pois assim é possível compreender quais são os problemas e dificuldades do cotidiano escolar, essas reflexões propiciam a atualização e reorganização entre teoria e prática. O Pacto busca o desenvolvimento social do ensino de forma que consiga oportunizar a práxis coletiva do ensino e coloca como ponto chave do melhor desempenho escolar a formação continuada de professores.

É importante ressaltar que por mais que a formação continuada de professores seja primordial para a superação de tantos desafios e metas educacionais, outros problemas devem ser superados como a superlotação de salas de aula, precárias condições de trabalho, melhor infraestrutura escolar, valorização do plano de carreira entre tantos outros problemas que precisam ser dizimados. Pois mesmo que o professor seja capacitado e possua boa formação ele não consegue sozinho alfabetizar com qualidade, se não tiver condições adequadas de ensino.

TRAINING OF TEACHERS IN THE PERSPECTIVE OF THE PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA-PNAIC

ABSTRACT

The main objective of this work is the analysis of the continuing teacher education proposed in the National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC). This analysis will be based on the bibliographical review of authors who can contribute and substantiate the discussion. Considering the PNAIC model of continuing education, some challenges will be highlighted, as well as some variables that are related to the peculiarities of the implementation and execution process of the Program, with respect to teacher training and its pedagogical practices.

Keywords: Continuing teacher training. Educational policies. PNAIC. Literacy. Pedagogical action.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes. A ousadia de fazer acontecer o direito à educação: algumas reflexões sobre a experiência de gestão nas cidades de São Paulo (1989/92 e Diadema (1993/96). In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa. R.T. (Org.). **Políticas e trabalho na escola**. Maringá, PR: Autêntica, 2013. p. 193-209.

BRASIL. **Avaliação nacional da alfabetização (ANA)**: documento básico. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

_____. **Censo escolar**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Lei nº 13.005 de 25 de julho de 2014**. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 4 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Alfabetização**: mapa do analfabetismo no Brasil. Brasília, DF: INEP, [2003]. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Portaria de nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, nº 129, 5 jul. 2012. 2012b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2013/portaria_n867_4julho2012_provinha_brasil.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012. Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na forma do art. 2º, inciso I, da Portaria MEC no 867, de 4 de julho de 2012. **Portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012**. 2012a.

Disponível em:

<http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/2016/Portarias/PORTARIA_N_1.458_DE_14_DE_DEZE_MBRO_DE_2012.pdf> Acesso em: 19 fev. 2017.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. 9.ed. Campinas, SP: Papirus, 2015.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Formação de Professores alfabetizadores no Brasil no contexto da rede nacional de formação continuada: produção, apropriações e efeitos. In: _____. (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. p. 39.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>>. Acesso em: 25 ag. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

PAPI, Silmara de Oliveira. **Professores: formação e profissionalização**. Araraquara, SP: Junqueira&Marim, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 9. ed. São Paulo, SP: Cortez , 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2016.

UNESCO. **Educação para todos no Brasil**. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-for-all/>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu esposo Paulo Sérgio da Silva Marcelino, pelo amor, incentivo e apoio incondicional – te amo.

Agradeço aos meus colegas de curso Vinícius Adriano de Freitas e Moyses Thomaz Junior, por tornar essa caminhada mais leve, e divertida.

Agradeço a minha orientadora Ivone Teresinha Carleto de Lima, que mesmo distante se fez presente sempre que solicitado.